

Uma trajetória acadêmica nos estudos de gênero: entrevista com Ana Maria Colling

An academic trajectory in gender studies:
interview with Ana Maria Colling

Mônica Karawejczyk¹

karawejczyk@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7921-7365>

Jocelito Zalla²

jocelito.zalla@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2614-0581>

Elenita Malta Pereira³

elenitamalta@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9835-391X>

Ana Maria Colling é graduada em Estudos Sociais (1978) e Geografia (1980) pela Universidade Regional do Oeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), especialista em História da América Latina (1980) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em História do Brasil (1994) pela UFRGS, onde defendeu a dissertação *“Choram Marias e Clarices” – uma questão de gênero no regime militar brasileiro*, e doutora em História (2000) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com a tese *A construção da cidadania da mulher brasileira. Igualdade e diferença*. Foi professora da Unijuí e da Universidade La Salle (Unilasalle), tendo lecionado no curso de graduação e pós-graduação em História e em Educação. É especialista nos estudos sobre história das mulheres e das relações de gênero, com diversas publicações na área. Entre suas obras, destacam-se o já esgotado *A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil* (Ed. Record) e o *Dicionário Crítico de Gênero* (Ed. UFGD), que recebeu o Prêmio ABEU 2016 na categoria Ciências Humanas, e do qual Ana Maria Colling é uma das organizadoras. Ela também foi uma das fundadoras e primeira presidenta do Grupo de Trabalho Estudos de Gênero da ANPUH-RS na década de 1980 e, atualmente, é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), ministrando cursos e orientando alun@s, sendo também pesquisadora da UNESCO na Cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras.

A ideia da entrevista surgiu quando estávamos terminando os trabalhos para a publicação do dossiê “Mulheres: biografias e trajetórias” no final do ano de 2019 e também nos foi inspirada/instigada pela veiculação do documentário

¹ Pós-doutoranda e professora colaboradora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades. Av. Ipiranga, 6681 Prédio 8 - Escola de Humanidades. Bairro Partenon. 90619900 - Porto Alegre, RS - Brasil. Bolsista Capes - PNPd. Doutora em História pela UFRGS.

² Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves, 9500. Bairro Agronomia. 91501970 - Porto Alegre, RS - Brasil. Doutor em História pela UFRJ.

³ Professora adjunta na Universidade Federal de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais (IHS). Av. dos Estudantes, 5055. Cidade Universitária. 78736900 - Rondonópolis, MT - Brasil. Doutora em História pela UFRGS.

O pessoal é político, dirigido por Vanessa de Araújo Souza, a que assistimos no Canal Curta!⁴ A elaboração das questões foi feita de maneira a abarcar tanto a trajetória intelectual e acadêmica da entrevistada quanto a sua vida pessoal, destacando, assim, as questões de gênero – que perpassam todas as suas respostas. A entrevista foi realizada por escrito (via correio eletrônico); Ana Maria nos acolheu de forma receptiva, e suas respostas somente receberam como acréscimo as notas de rodapé explicativas.

1. *Sua vida acadêmica e profissional iniciou-se em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul na década de 1970. Você considera que as questões de gênero e raça afetaram a sua escolha pela carreira profissional? E, se sim, de que forma?*

Sim, sou de Ijuí, interior do Rio Grande do Sul, que possui uma Universidade de respeito, pois comunitária de fato. Fui normalista em colégio de religiosas, como era comum a todas as moças da minha geração. Sempre digo que ter sido professora do ensino fundamental e médio em escolas públicas do Rio Grande do Sul marcou minha trajetória profissional. Não somente pela sua importância, mas como experiência para o ensino superior. Saber olhar os pequenos da periferia sem preconceitos e com carinho me possibilitou olhar os alunos e alunas adultos das faculdades também sem pré-juízos, assim como as diversas correntes teóricas no campo da História. As questões de gênero sempre me movimentaram. Desde o exemplo de minha avó Anna, que até morrer lutou pela sua independência, arrumando sombrinhas e guarda-chuvas num pequeno canto “desimportante” na imensa alfaiataria de meu avô na cidade de Cerro Largo. Minha militância sindical e política também me construiu como uma mulher situada politicamente no campo progressista e de esquerda. Isso faz toda a diferença para uma historiadora.

2. *Nos anos de 1980, você e algumas colegas fundaram o grupo de trabalho de estudos de gênero da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH)⁵ no Rio Grande do Sul. O que as motivou a tomar tal atitude?*

Um grupo de amigas, todas historiadoras, entre elas Rejane Barreto Jardim⁶, que alavancou o processo,

sentimos a necessidade de, dentro da ANPUH, formar um grupo que discutisse com prioridades a questão de gênero. Todas nós sabemos da ausência das mulheres nas narrativas históricas e do menosprezo de muitos historiadores (este desdém continua em muitos casos) para com as relações de gênero, a desigualdade entre os sexos. O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados a tomar essa iniciativa, que depois se alastrou pelo país. Quanto aos estudos de gênero, meu contato se deu com um texto que foi um divisor de águas em minhas pesquisas: *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, de Michelle Perrot, na época, recém-lançado no Brasil (1988). O já clássico texto de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, também é publicado na década de 1990 no Brasil (Scott, 1995). Juntamente com essas leituras, tive acesso às obras de Michel Foucault, filósofo/historiador tão importante para a história das mulheres e das relações de gênero. A partir daí, nunca mais abandonei os estudos sobre a história das mulheres e das relações de gênero e, para minha alegria, encaminhei e tenho encaminhado muitos alunos e alunas para essas mesmas pesquisas. Para uma professora e também militante dessas questões, é motivo de extrema felicidade poder compartilhar a importância desses estudos.

3. *Você considera que sua trajetória como acadêmica foi impactada pela sua militância no movimento feminista? Como esse envolvimento se deu?*

Minha trajetória acadêmica se dá concomitantemente com a sindical e política. Fui diretora do 31º Núcleo do CPERS⁷ com sede em Ijuí, que abarca vários municípios da região, num momento de graves crises com várias greves, e militante política em oposição à ditadura militar. Quanto à questão de política partidária, o partido clandestino de que fazia parte, assim como tantos outros que lutavam contra a ditadura, não discutia as questões de gênero, a diferença entre homens e mulheres, para eles luta secundária, pois havia um inimigo maior a combater. Mais tarde, todas nós nos engajamos em grupos feministas. Lembro-me de uma mesa de que participei com Rose Marie Muraro⁸ em Passo Fundo, início dos anos 90, quando ela disse alto e bom som: as questões de gênero

⁴ Acompanhamos a exibição no mês de março de 2020, nas comemorações do dia internacional da mulher. Ficha técnica: Ano 2017, duração: 53 min - País: Brasil. UF: RJ. Produção: Lia Araújo. Empresa(s) produtora(s): Lascene Produções. Direção de Fotografia: Reinaldo Faccini. Entrevistados: Adélia Borges; Anna Marina Barabá Pinheiro; Carla Rodrigues; Fátima Setubal; Helena Hirata; Heloísa Buarque de Holanda; Hildete Pereira de Melo; Liv Sovik e Schuma Schumacher.

⁵ Atualmente denominada de Associação Nacional de História, é uma associação nacional fundada no ano de 1961 na cidade de Marília (SP). Entidade científica organizada com o propósito de congregar os profissionais de História que atuam no Brasil. Cada estado da federação possui uma associação regional, e cada uma dessas possui Grupos de Trabalho (GTs).

⁶ Atualmente, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especializada em História Medieval e Estudos Feministas e de Gênero.

⁷ Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme números da entidade, representa cerca de 80 mil filiadas e filiados.

⁸ Escritora, editora e intelectual feminista brasileira, nascida em 1930 e falecida em 2014. Em sua vasta obra, encontram-se títulos como *Sexualidade da mulher brasileira* (1996), *História do masculino e do feminino* (2007) e *Educando meninos e meninas para um novo mundo* (2007). Em 2005, foi nomeada “Matrona do Feminismo Brasileiro”, título oficializado na Lei n. 11.261.

foram responsáveis pela crise do socialismo real, por desconsiderarem a luta de mais da metade da população. Feministas sempre fomos todas nós que defendemos os direitos das mulheres, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, enfim, a equidade entre os sexos.

4. Existem diferenças marcantes nos feminismos das décadas de 1980 e 1990 e dos dias atuais. Quais as pautas que você considera que foram alcançadas ao longo desses anos e quais não foram?

Não podemos desconsiderar os avanços na luta das mulheres. Certamente, em se falando da relação entre homens e mulheres, minha vida é mais igualitária do que a de minha avó e minha mãe. Mas quando achamos que movimentos democráticos somente avançam em novas conquistas, deparamo-nos com retrocessos ou permanências cruéis e antidemocráticas. A radical desigualdade entre os sexos teima em permanecer, herança cruel do patriarcado, em que as mulheres eram propriedade de pais, maridos ou irmãos; a violência contra as mulheres parece ser vitoriosa em relação às leis protetivas. O Brasil é o país mais avançado do mundo em leis que protegem as mulheres; cito aqui em especial a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, e, paradoxalmente, o país que mais mata mulheres no mundo. Fazendo uma análise comparativa nas décadas de 1980 e 1990, não há como negar os avanços; afinal, termina a ditadura militar que amordaçou, torturou e matou homens e mulheres. Na década de 80 (1985) é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que mais tarde se transforma em Secretaria de Política para as Mulheres, no mesmo ano da Conferência Internacional de Nairóbi, que encerra a década, após a Organização das Nações Unidas (ONU) já ter decretado 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Nessa mesma década, em 1988, vemos aprovada a nova constituição brasileira, tida como “carta cidadã”, que veta qualquer tipo de preconceito, discriminação e desigualdade. Também nas décadas de 1980 e 1990 temos a criação das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres e, no meu entender, um grande movimento que surpreendeu o Brasil: mulheres do meio rural, tido historicamente como mais conservador no campo da moral, se organizam e vão à luta. Inicialmente uma luta para terem documentos, quando elas bradavam para todo o Brasil ouvir: “Sem documentação não somos consideradas pessoas! Não somos reconhecidas como gente! Não somos identificadas como seres humanos! Sem documentação não existe cidadania”. E a luta maravilhosa

e vitoriosa pela aposentadoria das trabalhadoras rurais, que passam a se intitular Margaridas e assumem a cor lilás, especialmente n’A Marcha das Margaridas, assim denominada em homenagem a Margarida Alves⁹, trabalhadora rural e sindicalista paraibana, assassinada. Também nas décadas de 80 e 90 se inicia um debate, que continua candente e urgente no Brasil – a descriminalização e o direito ao aborto. Em 2020 ainda assistimos, em especial pela bancada evangélica do Congresso Nacional, que hipocritamente defende a moral e a família, à luta contra o aborto e tudo aquilo que diz respeito à sexualidade. Além disso, sem apresentar avanços, a participação das mulheres na política continua tema tabu.

5. Como sua trajetória pessoal como mulher e mãe impactou nas suas escolhas profissionais?

Sempre afirmei que não é possível separar a vida acadêmica e intelectual da vida pessoal. Os temas que escolhemos para pesquisar e escrever são questões que nos afetam pessoalmente. Sendo mulher, professora em todos os níveis de ensino, atesto a importância da educação na superação das desigualdades e preconceitos. Tenho lutado nos espaços em que atuo, em sala de aula, em orientações, em palestras e debates, para que a questão de gênero, para que a história das mulheres, das sexualidades, não façam parte da “paisagem natural” das narrativas e currículos. E reconheço que não é uma luta fácil. Como desejar que alunos e alunas tenham uma compreensão da relação desigual entre os sexos, se seus professores e professoras não têm e, muitas vezes, não desejam ter essa compreensão? Como desejar que alunos e alunas heterossexuais não desrespeitem as demais sexualidades, se seus professores e professoras fazem muitas vezes piadas grotescas sobre elas?

Pierre Bourdieu diz em um pequeno texto seu que é preciso descolonizar o feminino, pois as mulheres possuem uma visão colonizada de si mesmas, enxergando-se com os olhos de quem as nomeou e contou (cf. Bourdieu, 1995). Violência de gênero, piadas sobre sexualidades, não é *bullying*, como muitos desejam acreditar, mas violência sexual. Por esse motivo, defendo que todos os cursos formadores de professores tenham em seu currículo as relações de gênero. Todos os cursos de Licenciatura, Pedagogia e História em especial seriam um campo privilegiado para discutir essas questões. Faço aqui uma paráfrase ao texto de Bourdieu: é preciso descolonizar a narrativa histórica. Incluir em seus relatos não somente os homens que sempre contaram sobre si e sobre todos

⁹ Morta em 1983, aos 50 anos, Margarida Maria Alves foi a primeira mulher a presidir um sindicato rural no Brasil. Ficou 12 anos no comando do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, cobrando direitos como carteira assinada, férias e 13º salário. À época, o crime ganhou repercussão internacional, e Margarida se tornou um símbolo da luta das mulheres no campo.

os outros e outras – mulheres, negros, índios, pobres, etc. É necessário humanizar a história. Em tempos de Ideologia de Gênero e de Escola sem Partido (em ambos o tema central é a sexualidade), precisamos lutar, resistir e continuar. Acredito que a educação é um lugar para isso. A questão da maternidade, importante para mim, como mãe de dois homens e agora avó de dois meninos, me impulsionou ainda mais. Acredito numa nova geração de homens feministas e igualitários.

6. Seu livro “A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil” é considerado uma referência na história das mulheres no Brasil. Pode comentar um pouco sobre os desafios para escrevê-lo e a repercussão que obteve na academia e junto ao público em geral?

Esse livro, importante na minha carreira acadêmica e “passaporte” para tantas incursões dentro e fora do país, continua sendo muito utilizado é motivo de orgulho para mim. Publicado em 1997 pela Record em seu selo Rosa dos Tempos, tinha como editora a feminista Rose Marie Muraro. Ele é consequência de minha dissertação de mestrado e foi o primeiro livro de uma historiadora sobre ditadura militar e mulheres. De lá para cá, escrevi textos, dei entrevistas, proferi palestras no Brasil e no exterior sobre a temática, que continua sendo muito atual, urgente e mais do que nunca necessária, nesses tempos de tentativas de revisionismos e homenagens a torturadores. No início da década de 1990, uma notícia nos jornais de Porto Alegre/RS anunciava que os arquivos do DOPS estavam abertos para consulta e para pesquisa. Como ex-militante de esquerda, minha curiosidade aguçou-se. O que será que os militares diziam nos seus arquivos e dossiês sobre as mulheres que combatiam a ditadura nas organizações de esquerda? Dou início ao meu périplo de mulher pesquisadora. Primeiro local a visitar foi a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, devido à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo objetivo era a procura da documentação do DOPS, supostamente incinerada na gestão do governo José Augusto Amaral de Souza. Ao não encontrar nada, sigo os caminhos indicados – Arquivo Público do Rio Grande do Sul, onde estariam os documentos do DOPS; Palácio da Polícia; novamente Arquivo Público; novamente Palácio da Polícia. Todos negando que houvesse algum documento da época da ditadura militar. Recebo, no Palácio da Polícia, um ofício assinado pelo delegado Newton Müller Rodrigues, chefe de polícia, informando que a documentação que pertence-

cia ao DOPS na capital fora incinerada, e o que restava, na Polícia Civil, de documentação referente à época em que o DOPS existiu era a microfilmagem de alguns documentos oriundos da Justiça Militar, à disposição do público interessado. No seu despacho, o chefe de polícia expede um ofício similar ao diretor do Departamento de Informática Policial, autorizando a consulta no serviço de microfilmagem e solicitando toda a atenção à pesquisadora. O ofício informa ainda que os únicos documentos remanescentes do DOPS (que se encontravam no interior do estado do Rio Grande do Sul) haviam sido encaminhados ao secretário da Justiça e Cidadania em ofício de janeiro de 1992 (documento anexado ao ofício), já que este presidia a comissão a respeito. Nos microfilmes por mim manejados sob o olhar atento de policiais, encontro somente documentos do IML (Instituto Médico Legal) e a determinação de funcionários em afirmar que por ali jamais haviam passado documentos do DOPS. Como não encontrei nada nos lugares indicados, restavam-me como alternativas desistir da pesquisa ou, como caçadora, farejar as pistas em outros lugares. Mas fui salva por uma feminista histórica, Lícia Peres¹⁰, diretora da Casa da Mulher junto à Casa da Cidadania, que, assim como eu, possuía um passado de resistência ao regime militar e estava interessada na produção intelectual sobre a luta das mulheres. De imediato estabeleceu contato com o secretário estadual da Justiça, que afirmou que os documentos do DOPS estavam no Arquivo Público (aquele que eu havia visitado tantas vezes), e solicitou à diretora do Arquivo que os documentos fossem colocados à minha disposição. Lá me deparo com 42 caixas enfileiradas, repletas de documentos, à minha espera para serem manuseados e analisados, como primeira pesquisadora. Mas os documentos, assim como a história, não registram as mulheres; elas são invisíveis como sujeitos históricos. Poucas mulheres, a maioria delas filhas, esposas e amantes de sujeitos políticos de oposição ao regime militar. Amásias e amantes sucedem-se nos documentos do DOPS, mas elas não são importantes; o interesse eram os homens subversivos. Surge então a ideia de entrevistar mulheres que haviam sido presas pela repressão, mas tive, inicialmente, dificuldade em encontrar essas mulheres. Eu sabia que elas existiam, mas onde estavam? Através de uma ia chegando a outra, e no final possuía uma extensa lista de militantes presas e muitas torturadas pela ditadura militar. Se antes os documentos do DOPS eram o fundamento principal, as entrevistas, pela sua riqueza, tomaram o seu lugar, e eu dava visibilidade a essas mulheres, trazendo ao palco suas vozes,

¹⁰ Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres (1940-2017), nascida em Salvador, mudou-se jovem para o Rio Grande do Sul, onde foi uma das pioneiras do movimento feminista. Formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuou no movimento estudantil, na luta contra ditadura e na campanha pela anistia, que considerava “feminina e feminista”. Foi filiada ao extinto Movimento Democrático Brasileiro e, posteriormente, ao Partido Democrático Trabalhista.

mas também seus silêncios. Michelle Perrot, em *Práticas da memória feminina* (1989), lembra-nos que a história oral é uma revanche das mulheres, que estão ausentes nos arquivos públicos e oficiais. Foi o que fiz, ao ouvi-las, ouvir seus testemunhos em respeito à memória. Suas lembranças e a luta contra o esquecimento são fundamentais nessa disputa de interpretações. A relação entre história e memória ocupa historiadores/as que têm como tema a ditadura militar no Brasil. Há, na atualidade, mais do que nunca, uma disputa pela memória, um jogo de interpretação dos fatos e de suas “verdades”. Sobre as memórias das mulheres que resistiram à ditadura militar há muito por se dizer. E, finalmente, a publicação desse trabalho que foi tão importante em minha vida acadêmica. Concorro com Georges Duby, quando diz que nosso ofício perde o sentido se permanecer fechado em si próprio, pois a história deve ser consumida para além daqueles que a produzem e que para que nossa voz produza efeitos. Duby, assim como eu, amava a história e a respeitava: “Porque gosto de comunicar o enorme prazer que sinto no meu ofício e, sobretudo, porque o creio útil. Creio na utilidade da história bem feita. Isto é – a proporção justa é difícil –, com lucidez e paixão” (Duby, 1989, p. 162). O livro foi lançado no dia 31 de março na Livraria Bamboletas e o evento foi concorridíssimo. Minha emoção em ver as entrevistadas na fila de autógrafos dizendo eu sou a Simone, sou a Olga... (codinomes que dei para protegê-las). Antes disso, entrevistas em todos os canais de rádio e televisão de Porto Alegre, assim como jornais. O trabalho de uma historiadora/pesquisadora se completava.

7. Seu projeto de pesquisa mais recente é sobre as “chinas gaúchas” e a guerra do Paraguai. O que a pesquisa já revelou sobre a participação feminina na guerra?

Continuo nesse projeto, com imensa dificuldade em encontrar mulheres nos documentos e literatura sobre a Guerra do Paraguai.¹¹ Diferentemente do Paraguai, que tem muitas obras não somente sobre Madame Lynch, mas também sobre mulheres comuns. Não por mero acaso, elas foram responsáveis pela reconstrução do país com o extermínio da maioria dos homens paraguaios. Atualmente, dou continuidade na pesquisa, agora sobre as “chinas gaúchas” na Guerra do Paraguai, tendo como interrogação de pesquisa: por que todas as mulheres que acompanharam os homens, rostos sem nome, são chamadas de chinas gaúchas? Gostaria de lembrar um pequeno livro meu que já está na 2ª edição e tem a ver com minha

trajetória feminista, pois trata essencialmente do corpo feminino: *Tempos diferentes, discursos iguais*. A construção histórica do corpo feminino. Essa obra segue a proposta de Foucault – analisar como os mais variados discursos construíram o corpo feminino, um corpo construído discursivamente pela filosofia, medicina, psicologia, religião etc., transformado em prática pelo discurso jurídico. Todos eles receitando como deve ser homem e como deve ser mulher. Apesar de pouco falar do feminino, ao historicizar os objetos de pesquisa, Foucault ofereceu às historiadoras de gênero, como eu, ferramentas para questionar, levantar suspeitas sobre o eterno feminino. Falar de uma mulher era falar de todas as mulheres, todas igualmente presas nas tramas da identidade, da natureza e da representação. Seu pensamento permitiu que as mulheres pudessem tomar para si sua história. É um livro que tem muita aceitação, inclusive nos cursos de Pedagogia.

8. Como foi o trabalho de organização do “Dicionário Crítico de Gênero”? Como tem sido a recepção dessa importante obra?

Das produções em minha vida acadêmica a que deu mais trabalho e mais prazer e também maior receptividade foi o *Dicionário Crítico de Gênero*. Agora em uma 2ª edição, revista e ampliada, continua sendo material fundamental de pesquisa para quem trabalha história das mulheres, da sexualidade e das relações de gênero. Estão ali não somente verbetes que dizem respeito ao tema, mas autores que são fundamentais para esses estudos. Cito aqui Simone de Beauvoir, Judith Butler, Michelle Perrot, Michel Foucault, Jacques Lacan, Sigmund Freud, Jacques Derrida, Bertha Lutz, Nísia Floresta, Joan Scott, entre tantos outros e outras. Os autores dos verbetes são especialistas de vários países do mundo que, além de redigirem um verbete, indicam leituras complementares para quem tem interesse em se aprofundar na temática. A proposta desse Dicionário foi efetivada, em meu período de Professora Visitante Sênior pela CAPES, na UFGD, com meu colega e amigo Losandro Tedeschi, também estudioso da história das mulheres e de gênero. Além dessa parceria, a situação política e universitária era favorável. O então reitor da universidade, Damião Duque de Farias, historiador e defensor de causas sociais e igualitárias, assim como o diretor da Faculdade de Ciências Humanas, João Carlos de Souza, também historiador, foram incansáveis na defesa e implementação dessa obra. Isso faz toda a diferença; hoje bem o sabemos. Até o primeiro esboço do

¹¹ A autora desenvolveu uma análise sobre essa ausência no texto “Os silêncios da Guerra do Paraguai – a invisibilidade do feminino” (2016). Como resultado de sua investigação para mapear a participação e as condições das mulheres no conflito, apresentou o trabalho “As chinas gaúchas: a invisibilidade feminina na Guerra do Paraguai” (2014), no Encontro Estadual de História da Seção RS da ANPUH, e publicou o capítulo “Guerra se escreve no feminino: invisibilidade e importância histórica” (2019).

Dicionário e sua publicação em 2015 foram três anos de trabalho intensivo. Afinal, reunir 137 intelectuais de várias partes do mundo não é fácil. Quem coordenou qualquer obra coletiva sabe do que estou falando. Um momento ímpar de reconhecimento de nossa proposta foi o prefácio escrito por Michelle Perrot, reconhecida e admirada historiadora francesa, ícone dos estudos de mulheres e de gênero. Reproduzo aqui algumas de suas palavras, que deixou a Losandro e a mim emocionados: “Este dicionário, muito bem pensado, organizado, atesta a vitalidade e o desenvolvimento da pesquisa sobre mulheres e gênero no mundo ibero e latino-americano, do qual o Brasil é um farol. [...] Após o silêncio escuro do laboratório vem a síntese em plena luz. Eis aqui, disponível a todos, meio século de reflexão e pesquisa sobre a história das mulheres, as relações entre os sexos, sua diferença, as sexualidades, o gênero. Testemunha dos progressos alcançados, das descobertas que mudaram nosso comportamento e talvez nossas vidas, pelos caminhos de liberdade que o conhecimento abre, este *Dicionário*, primeiro, original, doravante ferramenta indispensável de trabalho, é um registro dos nossos saberes e um incentivo a continuar”. A primeira edição, que possui 678 páginas, deu lugar a uma segunda, em 2019, ampliada para 748 páginas com 162 verbetes. Esteticamente, as duas edições são preciosas. Sentimos o reconhecimento do *Dicionário* e sua importância ao fazer o lançamento em vários estados brasileiros e vários países e pela sua utilização em muitas monografias, dissertações e teses. Um dos momentos de maior gratificação profissional foi o Prêmio ABEU 2016 (Associação Brasileira de Editoras Universitárias), categoria Ciências Humanas, concedido ao *Dicionário Crítico de Gênero*. Ficar entre os finalistas já era uma vitória, pois um livro publicado em uma editora universitária (UFGD) de um estado de periferia (Mato Grosso do Sul) junto a dois de estados centrais e poderosos (geografia do poder) e, acima de tudo, em tempos de “Ideologia de Gênero” o troféu tinha um sabor especial.

9. *Estamos vivendo um momento crítico de negacionismo histórico e ascensão de uma visão autoritária no nosso país. Como você considera que isso irá afetar os estudos de gênero e dos feminismos?*

Ao finalizar esta entrevista devo dizer que descobrir não ser fácil escrever sobre nós mesmas. Difícil abrir nosso “baú”, pois todas as experiências acadêmicas são também experiências pessoais, envolvem nossa vida em nossas relações profissionais e afetivas. Nesses tempos de obscurantismo por que passa o Brasil, com tentativas de desqualificar a História (assim como a Filosofia e a Sociologia), e uma vontade política dos atuais governan-

tes, de revisionismo na história brasileira, modificando a abordagem sobre o período da ditadura militar, afirmando que ela não existiu, escrever é preciso. Esse movimento do poder executivo e legislativo brasileiro não nos causa estranhamento, pois quem teve a coragem de homenagear Carlos Brilhante Ustra (torturador da então militante de esquerda Dilma Rousseff) no *impeachment* da presidenta segue seu caminho de convicção de que torturas, desaparecimentos e mortes nada significaram. O mais trágico foi que esse fato pareceu não ter provocado repúdio de grande parcela da população brasileira. Por outro lado, como resposta a esse pensamento míope, pequeno, conservador, as resistências surgiram: muitas aulas nas universidades, muitos eventos, muitas publicações denunciando a triste passagem de nossa história e pedindo que não se esqueça. No caso dos estudos de gênero e dos feminismos, tivemos muitos avanços, é inegável, inclusive no campo da historiografia. Mas há muito ainda a mudar. O modelo patriarcal ainda desempenha importante papel na configuração das relações conjugais, nas relações pessoais e também nas acadêmicas, legitimando as desigualdades entre homens e mulheres. A radical desigualdade entre os sexos, o desprezo ao corpo feminino, a violência contra a mulher, chaga mundial, caso de saúde pública, deve ser travada em todos os campos, especialmente na educação, no ensino em todos os níveis. Trabalhar com a história das mulheres e das relações de gênero tem sido um ato de resistência. Apesar do governo atual e do Congresso conservador e antidemocrático que tenta barrar todas as iniciativas que tratam de gênero – Planos de educação, Escola sem Partido, Ideologia de Gênero, sexualidade, aborto, etc., resistimos e continuamos. Em 2004, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo Lula, Nilcéia Freire, publicou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que continha quatro pontos fundamentais: 1. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2. Educação inclusiva e não sexista; 3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. Enfrentamento à violência. Dezesesseis anos depois continuamos com as mesmas lutas sem um milímetro a menos. Falar de mulheres, feminismos e de gênero nos dias de hoje, mais do que um tema acadêmico, transformou-se em militância política e social.

Referências

- BOURDIEU, P. 1995. Observações sobre as mulheres e a história. In: G. DUBY; M. PERROT. *As mulheres e a História*. Lisboa, Dom Quixote, p. 57-59.
- COLLING, A.M.; TEDESCHI, L. A. (orgs.). 2015. *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, Ed. UFGD, 679 p.
- COLLING, A.M. 2014. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 114 p.

- COLLING, A.M. 1997. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 157 p.
- COLLING, A.M. 2016. Os silêncios da Guerra do Paraguai – a invisibilidade do feminino. In: A.P. SQUINELO (org.), *150 anos após a Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai*. Campo Grande, Ed. UFMS, p. 233-250.
- COLLING, A.M. 2014. As chinas gaúchas: a invisibilidade feminina na Guerra do Paraguai. In: XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, “História, Verdade e Ética: anais”, São Leopoldo.
- COLLING, A.M. 2019. Guerra se escreve no feminino: invisibilidade e importância histórica. In: L. TEDESCHI; K. BIDASECA (orgs.), *Fronteiras de gênero: corpos, feminismos e história das mulheres*. Ponta Grossa, Ed. UEPG; Ed. UFGD, p. 109-128.
- DUBY, G.; LARDREAU, G. 1989. *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa, Dom Quixote, 165 p.
- PERROT, M. 1988. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 332 p.
- PERROT, M. 1989. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 9(18):9-18.
- SCOTT, J. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 20(2):71-99.
- Submetido em: 01/04/2020
Aprovado em: 04/06/2020